

## A adesão da Ucrânia à União Europeia e a Rússia

José Pedro Teixeira Fernandes | *Público* | 25 de Junho de 2022

1. Talvez a expressão *déjà vu* seja a que melhor traduz o que estamos a assistir em 2022 sobre o processo de adesão da Ucrânia à União Europeia. Também em 1999, no Conselho Europeu de 10 e 11 de Dezembro em Helsínquia, com grande entusiasmo político e nos *media*, a União Europeia afirmava a possibilidade alargamento da UE a treze novos Estados do centro e leste da Europa. O entusiasmo continuou ainda durante alguns anos. No Conselho Europeu de 16 e 17 de Dezembro de 2004, já após se ter concretizado o alargamento a dez novos Estado do centro e leste europeu (faltavam ainda a Bulgária e a Roménia), foi decidida abertura de negociações de adesão com Turquia — o 13.º Estado candidato. Na época, predominava na UE um optimismo desligado da realidade. Existia a convicção de que a Turquia, num espaço de uma década, seria um novo membro e que, antes disso, a UE teria também uma Constituição (rejeitada nos referendos francês e holandês de 2005). Hoje sabemos que não foi assim. Efectivamente, se as coisas tivessem corrido como se acreditava ser possível, teríamos não só outro quadro jurídico, como a Turquia na UE e uma República de Chipre reunificada.

2. Não foi um mero acaso o alargamento anterior ter ficado num impasse no caso da Turquia. Também não foi um simples acidente de percurso não ter tido resultados políticos palpáveis na reunificação de Chipre. O que a experiência desses dois casos anteriores mostra é que a UE sobrestimou as suas capacidades de integração nos intrincados e multifacetados problemas geopolíticos que ambos os casos levantavam. Como resultado, internalizou uma disputa territorial na ilha de Chipre sem a conseguir resolver. Quanto à Turquia, as expectativas em torno de uma política pró-europeia e consistentemente democrata liberal do Governo de Recep Tayyip Erdoğan e do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP) rapidamente foram frustradas. Naturalmente que ambos os casos têm os seus contornos próprios (bastante complexos) que aqui não são analisados. Todavia, é inevitável pensar-se nessas experiências anteriores frustrantes, quando é tomada a decisão de atribuir o estatuto de candidato oficial à Ucrânia (e Moldávia), recomendado pela Comissão Europeia. Como vai a UE gerir o processo de adesão desse Estado face ao conflito territorial (ocupação) de parte do território leste e sul pela Rússia?

3. No passado, as relações entre a Rússia e a UE começaram a deteriorar-se precisamente quando a UE lançou em 2009 a Parceria Oriental efectuada no âmbito da Política Europeia de Vizinhança. A Parceria Oriental surgiu sob impulso político da Polónia e da Suécia dentro da UE, ambas também hoje no centro do conflito político com a Rússia. Foi dirigida a antigos Estados da União Soviética, do leste europeu e do Cáucaso: a Arménia, o Azerbaijão, a Ucrânia, a Geórgia, a Moldávia e a Bielorrússia (esta última suspendeu, entretanto, a sua participação). No cerne do problema está o facto de a Rússia ver esses territórios como a sua esfera de influência, nos quais se tem

arrogado o direito de excluir rivais e outras grandes potências de exercerem influência política, económica e militar. Com tais antecedentes, não deixam de surpreender as declarações de Vladimir Putin no [25.º Fórum Económico Internacional de São Petersburgo](#), que decorreu de 15-18 de Junho de 2022. Segundo este, a [Rússia não está preocupada que a Ucrânia possa obter o estatuto de candidata “porque a União Europeia não é uma organização militar”](#), ou seja, não é uma ameaça para a Rússia como a NATO. Embora Vladimir Putin afirmasse também que o Ocidente quer aproveitar-se da Ucrânia (e não apostar seriamente no seu desenvolvimento), a afirmação parece tranquilizadora. Sugere que a Rússia, seja por fraqueza devido ao desgaste da guerra, seja por pragmatismo, não estará na disposição de obstruir o caminho da Ucrânia para a UE. Todavia, um segundo olhar mostra-nos que a situação é mais complexa. A Rússia, provavelmente, continuará a ter a vontade e o poder de se opor.

4. Nesta altura, é impossível saber quando e como irá terminar a guerra da Ucrânia. Haverá apenas um cessar-fogo permanente entre os beligerantes, do tipo do armistício, tal como ocorreu na Guerra da Coreia (1950-1953), ou será feito um acordo de paz com um entendimento político abrangente, com ou sem concessões territoriais da Ucrânia? E que garantias de segurança (e por quem) serão dadas à Ucrânia? Actualmente a convicção que predomina é a de que [o conflito está a transformar-se numa longa guerra de atrito, susceptível de se prolongar vários anos](#). Se for assim, a Rússia, enquanto não houver um acordo de paz e um entendimento político abrangente para resolver o conflito, vai ter múltiplos meios e oportunidades de obstaculizar o caminho da Ucrânia para a União Europeia. Só não será assim se a UE decidir aceitar a sua adesão sem um acordo de paz e uma solução do diferendo territorial, internalizando mais um conflito sem solução prévia. Se o fizer, irá ter um problema geopolítico delicadíssimo e perigoso nas mãos. Apesar de ter outros contornos, o caso da Turquia e de Chipre mostra o risco. A Turquia invadiu Chipre em 1974, inicialmente intervindo numa tentativa de golpe de Estado e confrontos entre cipriotas gregos e turcos, mas ficou depois a ocupar o norte da ilha, até hoje. A condenação internacional e não reconhecimento da República Turca do Norte de Chipre (criada pela Turquia) não a fizeram recuar.

5. Não está em causa a necessidade de ajudar a Ucrânia. O que está em causa é usar a via do alargamento da UE como solução para os casos mais difíceis em termos geopolíticos. Ao contrário do que sustentam as visões simplistas e emocionais que predominam no espaço público, os alargamentos não são uma panaceia para problemas geopolíticos complexos, nem uma abordagem estratégica consistente para gerir as múltiplas consequências que estes trazem no médio e longo prazo — podem fazer abrir brechas e dissensões profundas no interior da UE. Os já referidos casos da Turquia e de Chipre, mas também de vários Estados dos Balcãs onde persistem conflitos territoriais como ocorre entre a Sérvia e o Kosovo (este último que nem sequer é reconhecido como Estado soberano por todos na UE), mostram-nos os limites da capacidade de integração europeia. A resposta da UE face à actual situação de guerra na Europa, iniciando um processo de alargamento à Ucrânia e à Moldávia — e [pretendendo avançar com outras candidaturas pendentes](#) —, faz lembrar metaforicamente o reflexo condicionado das experiências conhecidas como [o cão de Pavlov \(feitas pelo cientista russo Ivan Pavlov\)](#).

Existem problemas na Europa? Alarga-se a UE. No caso da Ucrânia e da Moldávia a UE poderá reclamar unidade e um ganho político de curto prazo, mas não parece qualquer ter ideia do que fazer a seguir. No imediato, dá um sinal de apoio político e económico à Ucrânia (e enfrenta a Rússia), o que é louvável. Todavia, ninguém sabe como a Ucrânia, destrozada pela guerra e com o seu território parcialmente ocupado, vai conseguir cumprir os 35 capítulos das negociações de adesão. Nem qual a razão pela qual devemos acreditar que a Rússia, futuramente, irá sanar o conflito territorial com esta, facilitando a adesão à União Europeia.

<https://www.publico.pt/2022/06/25/mundo/analise/adesao-ucrania-uniao-europeia-russia-2011402>